



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS - EaD**

EDINETE PEREIRA DOS SANTOS

**SURDO: O DESAFIO DA INCLUSÃO NO ENSINO-APRENDIZAGEM NA REDE
REGULAR DE ENSINO**

**PATOS-PB
2020**

**SURDO: O DESAFIO DA INCLUSÃO NO ENSINO-APRENDIZAGEM NA REDE
REGULAR DE ENSINO**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* Patos, como requisito para obtenção do título de Especialista em Libras.

Orientador: MSc. Heber Allisson Lima Felinto

**PATOS – PB
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE PATOS/IFPB

S237s Santos, Edinete Pereira dos
Surdo: o desafio da inclusão no ensino-aprendizagem
na rede regular de ensino/ Edinete Pereira dos Santos. -
Patos, 2020.
19 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2020.
Orientador: MSc. Heber Allisson Lima Felinto

1. Inclusão 2. Surdo 3. Ensino 4. Aprendizagem 5.
Desafios I. Título.

CDU – 376

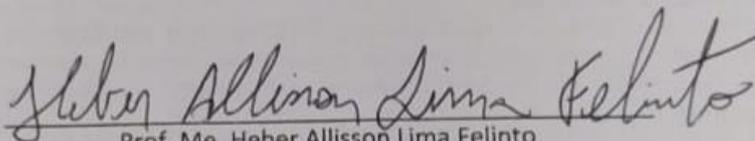
EDINETE PEREIRA DOS SANTOS

SURDO: O DESAFIO DA INCLUSÃO NO ENSINO- APRENDIZAGEM NA REDE REGULAR DE ENSINO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), para obtenção do título de Especialista em Libras.

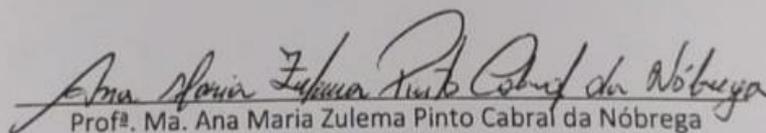
Patos, 22 de Janeiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



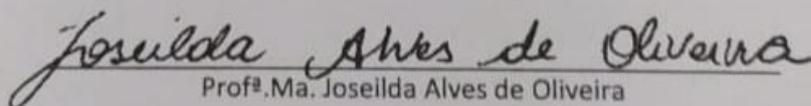
Prof. Me. Heber Allisson Lima Felinto

Orientador – IFPB



Profª. Ma. Ana Maria Zulema Pinto Cabral da Nóbrega

Avaliadora – IFPB



Profª. Ma. Joseilda Alves de Oliveira

Avaliadora – IFPB

RESUMO

O processo de inclusão da pessoa surda na rede regular e o ensino-aprendizagem são assuntos muito discutidos no meio educacional, visto que existem muitos desafios a serem enfrentados até que se chegue à efetivação de um atendimento adequado e eficaz para os educandos desenvolver-se plenamente. Este estudo tem por objetivo analisar a inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino e as dificuldades enfrentadas por toda comunidade escolar, visando melhorias no cenário educacional no âmbito da inclusão. Assim sendo, este trabalho foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica qualitativa, narrativa, e está ancorado em autores como Figueiredo (2015), Santos e Lacerda (2015), Quadros (2008), Strobel (2009), dentre outros que discutem sobre a educação do surdo. Nesta base teórica buscou-se conhecer como ocorre a inclusão de crianças surdas na rede regular de ensino e os desafios enfrentados para que a inclusão aconteça e para que o ensino-aprendizagem ocorra com qualidade uma vez que muitas escolas não estão preparadas para receber o discente nessas condições. A presente pesquisa visa mostrar os desafios enfrentados no decorrer do caminho e, ao mesmo tempo, faz um levantamento do que seja necessário para que a inclusão ocorra de fato como assegura a legislação.

Palavras-chaves: Inclusão. Surdo. Ensino. Aprendizagem. Desafios.

ABSTRACT

The process of inclusion of the deaf person in the regular network and teaching and learning are subjects that are much discussed in the educational environment, since there are many challenges to be faced before reaching the realization of an adequate and effective service for the students to develop fully. This study aims to analyze the inclusion of deaf students in the regular school system and the difficulties faced by the entire school community, aiming at improvements in the educational scenario within the scope of inclusion. Therefore, this work was developed through qualitative, narrative bibliographic research, and is anchored in authors such as Figueiredo (2015), Santos and Lacerda (2015), Quadros (2008), Strobel (2009), among others who discuss education of the deaf. On this theoretical basis, we sought to know how the inclusion of deaf children occurs in the regular school system and the challenges faced for inclusion to happen and for teaching and learning to occur with quality since many schools are not prepared to receive students under these conditions. The present research aims to show the challenges faced along the way and, at the same time, makes a survey of what is necessary for the inclusion to actually occur as ensured by the legislation.

Keywords: Inclusion. Deaf individuals. Teaching. Learning. Challenges.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	09
2.1	A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO BRASIL.....	09
2.2	OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: UMA LUTA DE TODOS..	11
2.3	FORMAÇÃO DO PROFESSOR: DIFICULDADES NA LIBRAS E NO ENSINO-APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO.....	12
3	MÉTODOS.....	14
4	RESULTADO E DISCUSSÕES.....	15
4.1	OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA REDE REGULAR DE ENSINO PARA EFETIVAR O ENSINO-APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO....	15
4.2	AVERIGUAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO SURDO E SUA QUALIFICAÇÃO PARA ATUAR NA SOCIEDADE.....	16
4.3	IDENTIFICAR COMO OCORRE O PROCESSO DE INCLUSÃO NA SALA DE AULA DO ENSINO REGULAR.....	16
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
	REFERÊNCIAS	18

1 INTRODUÇÃO

O processo de inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino e a forma como acontece o ensino - aprendizagem têm chamado a atenção de muitos pesquisadores, diante dessa linha de pensamento tem-se buscado entender como ocorre a inclusão desses sujeitos, na tentativa de buscar conhecê-los melhor objetivando melhorias e soluções na prática pedagógica no contexto social e educacional. Assim sendo, percebe-se que o processo de inclusão ainda não ocorre de forma satisfatória a atender todas as necessidades específicas dos educandos. Entende-se que a formação de qualidade é um direito de todos, e que é assegurado pela Constituição Federal de 1988. Contudo, também é fato que nem todas as instituições de ensino oferecem condições para que a inclusão ocorra de forma efetiva e qualificada.

Diante desse cenário inclusivo, surgiram as seguintes indagações: como ocorre a inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino? Será que esses sujeitos estão recebendo uma formação qualificada? Os docentes estão preparados para atender suas necessidades específicas? Tentando responder essa problemática realizou-se uma pesquisa bibliográfica qualitativa e narrativa onde buscou-se em documentos e estudiosos que tratam do assunto, respaldo para esclarecer de forma categórica os questionamentos.

Acredita-se que a inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino não se efetiva de maneira que atenda às necessidades específicas dos educandos, a barreira linguística compromete a interação e por conseguinte, a troca de saberes, a construção do conhecimento e sua qualificação para atuar na sociedade e no mercado de trabalho, como lhe é de direito.

E, ao fazer referência à inclusão, enverada-se num campo complexo da sociedade, visto que, desde a década de 60, foi estabelecida a lei que garante a inclusão de pessoas com necessidades especiais educacionais dentro das instituições de ensino, mas, esse direito não se concretiza de modo a atender às especificidades de cada educando. Diante disso, há a necessidade de analisar os desafios da inclusão desses sujeitos na rede regular de ensino.

Dessa forma, este trabalho avalia e analisa o processo de inclusão nas escolas de modo a buscar informações de como está sendo implementada a inclusão de alunos surdos e buscar também melhorias que auxiliem na mudança desse cenário problemático no tocante a sua inserção no ambiente escolar.

Para que o ensino de qualidade ocorra efetivamente, é importante não só inserir os surdos na escola, mas que o bilinguismo seja assegurado, garantido, como pontuado por Moreira, Ansay e Fernandes (2016), se faz necessário estabelecer mecanismos e ações que oportunizem o

aprendizado da Libras como língua materna, nos primeiros anos do surdo na escola.

A legislação brasileira regulamenta o direito do surdo ter a Libras como primeira língua, mas na realidade não é isso que se vê, a maioria das instituições não dispõem de um intérprete, nem os professores são habilitados para trabalhar com alunos surdos. Os docentes não estão preparados para atuar com a diversidade existente nas salas de aulas, principalmente no que se refere à língua usada pelos surdos. E isso leva a percepção de que os discentes sofrem muito, pois a escola não é inclusiva, o modelo de educação inclusiva que lhes é oferecido não lhes assegura um pleno desenvolvimento.

Todos os sujeitos que vivem em sociedade são responsáveis pelo desenvolvimento do ser humano, especialmente aqueles que necessitam de um olhar diversificado por causa de suas condições físicas, motoras, psíquicas, enfim, todos devem dar sua parcela de contribuição na construção de uma sociedade mais igualitária.

Assim sendo, este trabalho buscou apoio nos seguintes documentos: Constituição Federal (1988), Declaração de Salamanca (1994), a Lei nº 10.436/2002, a Lei de Diretrizes e Base Nacional (1996), assim também como a última lei instaurada sobre o Plano Municipal de Educação (2014). Além de basear-se em teóricos como: Figueiredo (2015), Santos e Lacerda (2015), Quadros (2008), Strobel (2009), Moreira, Ansay e Fernandes (2016). Diante disso, esse trabalho mostra os desafios do ensino-aprendizagem na rede regular de ensino acerca da inclusão de alunos surdos, se os profissionais estão capacitados para atuarem no âmbito da inclusão de forma especializada atendendo as necessidades dos alunos com surdez.

Portanto, esse corpus tem por objetivo geral analisar a inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino, e como objetivos específicos: discutir quais os desafios enfrentados pela comunidade escolar para se efetivar o ensino-aprendizagem dos alunos surdos na rede regular de ensino; averiguar o processo de ensino-aprendizagem do surdo e sua qualificação para atuar na sociedade e identificar de que forma o processo de inclusão ocorre dentro das instituições de ensino regular. Desse modo, evidenciar se os direitos dos educandos com necessidades especiais estão sendo garantidos como assegura a Constituição Federal (1988).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO BRASIL

Com base em estudos de caráter teórico e investigativo buscou-se compreender como o docente atua na construção do ensino-aprendizagem de alunos surdos e de como está sendo feito o trabalho de inclusão desses discentes na rede regular de ensino.

A inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) é uma realidade vista em todo cenário educacional brasileiro. Mas é sabido que o processo de inclusão é muito desafiador e que merece um olhar diferenciado e cauteloso, tendo em vista, que nem todas as instituições estão preparadas em sua totalidade para efetuar um atendimento que supra as necessidades dos educandos em suas especificidades e diversidade. Esse processo inclusivo requer transformações, não só no espaço físico da escola, mas em todas as esferas da comunidade escolar.

Segundo Ricoy (2009, p. 1)

(...) é preciso estruturar a mudança da escola levando em conta, o currículo, os processos avaliativos, os registros e os relatórios de aquisição acadêmicas dos alunos, os agrupamentos destes em sala de aula, a pedagogia e as práticas docentes.

A inclusão é um direito garantido por lei, A Constituição Federal (1988) em seu artigo 3º, inciso V, define que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm como objetivo fundamental “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Outros artigos referenciados por BRASIL (2007) asseguram a frequência de todos às escolas regulares do sistema. Sendo um deles o artigo 205 que estabelece:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 56).

A Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), – priorizou esta nova visão educacional, principalmente, com a prescrição do artigo 59 que afiança aos educandos com NEE a adaptação curricular, metodológica e organizacional

a escola permitindo também a terminalidade e a aceleração de acordo com as necessidades de cada pessoa.

Desse modo, a Declaração de Salamanca (1994), foi iniciada, no Brasil, com uma reconfiguração das modalidades de atendimento e serviço aos alunos com deficiência, entre as quais, figura a sala de recursos multifuncional. No texto das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) encontra-se o conceito desse serviço de apoio à inclusão, pelo qual deve ser desenvolvido o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola, envolvendo-se professores com diferentes funções.

Figueiredo (2015) explica que os profissionais da educação devem criar possibilidades para que a aprendizagem aconteça com qualidade, visto que o professor é peça fundamental na construção do ensino-aprendizagem do alunado trabalhando também com efetividade no AEE. Dessa forma, este é corresponsável pelo desenvolvimento linguístico e cognitivo do aluno, devendo assim, o professor adaptar-se, qualificar-se para conduzir os discentes de forma que eles possam adquirir conhecimentos que os ajudem a desenvolver-se para atuarem na sociedade a qual estão inseridos.

O Plano Nacional de Educação (PNE) apud (BRASIL, 2007, p. 3) afirma que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. E complementando a fala do PME, Santos e Lacerda (2015) também reforçam a ideia de que o profissional da educação deve adaptar-se a qualificar-se para receber o aluno com necessidades especiais, de forma que venha assegurar um trabalho que possibilite a aprendizagem do mesmo.

Para que a inclusão ocorra, é preciso que o sistema de ensino seja adaptado, que o mesmo possua recursos educacionais especiais para atender às necessidades educacionais do aluno. Santos (2005, p. 30) revela que:

[...] a inclusão se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar igualdade de oportunidades. O princípio da escola inclusiva é que todas as crianças aprendam juntas, independente das diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer as diversas necessidades dos alunos e dar uma resposta a cada uma delas, assegurando educação de qualidade a todos, através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias. Para isso, as crianças com necessidades especiais devem receber os apoios extras que necessitam para que tenham uma educação efetiva.

Segundo Gil (2005 p. 24), o mais importante, na prática da educação inclusiva, é que a família, os professores e a comunidade saibam que a inclusão visa: “garantir que todos os alunos com ou sem deficiência participem ativamente de todas as atividades na escola e na

comunidade”. Com isso, há verdadeiramente uma educação inclusiva, pois atende todas as necessidades dos alunos com ou sem nenhum tipo de deficiência.

Dessa forma, o professor deve desenvolver uma ação pedagógica que dê possibilidades de reflexão sobre sua prática assim como a desmistificação da limitação, e as dimensões da ação educativa como concretização na prática pedagógica. Como o educador com sua experiência ver o aluno nas suas possibilidades de aprendizagem? A forma como o mesmo visualiza essas possibilidades é um dos fatores importantes para eficácia desse processo inclusivo.

Não é tão fácil quanto à absorção e aplicação dos conteúdos curriculares, mas o professor deve estar sempre rebuscando mecanismos que o ajude na construção do ensino-aprendizagem do alunado, modificando sua prática docente e principalmente seus conceitos sobre inclusão escolar. Como apontam Batista e Mantoan (2007, p. 28) “a inclusão exige que o educador amplie as competências que já possui: observa, investiga, planeja de acordo com o aluno que atende, avalia continuamente seu trabalho, redimensiona o seu planejamento...”

2.2 OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DOS SURDOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: UMA LUTA DE TODOS.

Tem-se falado sobre uma educação apropriada para atender as particularidades da pessoa surda no Brasil. Mas existem alguns elementos que dificultam a efetivação de uma escola inclusiva: carência de professores com formação adequada para trabalhar com educação de surdo (não conhecem, minimamente, a Libras, não dispõem de metodologias para o ensino de língua portuguesa como L2 para surdos); faltam intérpretes com formação adequada; a não oferta da Libras como componente curricular nas escolas regulares, enfim, tudo isso são fatores que contribuem para não efetivação de um ensino de qualidade na rede regular de ensino para educando surdo.

Com a aprovação da Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que versa sobre a acessibilidade das pessoas com deficiências, a oficialização da LIBRAS com a Lei 10.436 de 24 de abril 2002 e o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que veio regulamentar as leis citadas anteriormente, ocorreu um avanço na educação dos Surdos, a oficialização de sua língua materna, a inclusão em salas de aulas regulares e o apoio do profissional TILS na comunicação entre Surdos e ouvintes. Com esses avanços e os estudos na área da educação dos surdos, destacou-se a educação bilíngue como uma oportunidade de melhoria na inclusão de

alunos surdos em sala de aula.

Pode-se pontuar que a educação bilíngue favorece o desempenho do aluno surdo, visto que dessa forma, ele pode atuar no meio social com mais fluência fazendo uso de sua língua natural e do português.

De acordo com Quadros (2005, p. 26-36):

Tentando buscar encontrar o “bi(multi)linguismo” em meio a tantos desencontros, percebe-se que estamos diante de grupos sociais que utilizam diferentes línguas em diferentes contextos, em diferentes espaços. Bilinguismo, então, pode, entre tantas possíveis definições, assim ser definido: o uso que as pessoas fazem de diferentes línguas (duas ou mais) em diferentes contextos sociais. Aqui já temos uma relativização do “bi” em bilinguismo, uma vez que genericamente o termo é usado para se referir ao uso de mais de uma língua, apesar de haver o uso do termo “multilíngue” neste sentido.

Saber mais de uma língua tem suas vantagens tanto área cognitiva quanto nas áreas políticas, culturais e sociais. Em uma perspectiva extraordinária, as crianças são incitadas a conhecer diferentes formas de ver e conhecer o mundo através das diferentes línguas em diferentes contextos. Conhecer várias línguas não é sinônimo de ameaça, mas de vantagens, visto que se abre um leque de novas possibilidades, onde o sujeito pode interagir no meio social em várias situações como por exemplo, uma criança surda com pais ouvintes, e no meio social, onde existem tantas pessoas surdas quanto ouvintes, ter o conhecimento das duas línguas, Libras e Português, seria algo extraordinário para aqueles que necessitam da utilização de ambas.

Assim sendo, o surdo necessita apropriar-se da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa para relacionar-se na sociedade em que participa como cidadão. Dessa forma, existe a necessidade de se ter um intérprete de Libras nas instituições de ensino, visto que seu papel é fundamental na educação e inclusão dos surdos nas escolas, sendo que, o mesmo possibilita que os discentes recebam informações em sua língua, e que isso contribuirá com seu aprendizado e desenvolvimento na sala de aula e fora dela.

De acordo com Lacerda e Poletti (2009), faz-se necessário refletir sobre o papel desse profissional, levando em conta que sua atuação requer ajustes, visto que muitas crianças surdas chegam à escola sem nenhum domínio da língua, seja ela oral ou Libras. Portanto, as escolas da rede pública de ensino, devem ofertar a Libras para seus educandos surdos como forma de assegurar-lhes seus direitos.

2.3 FORMAÇÃO DO PROFESSOR: DIFICULDADES NA LIBRAS E NO ENSINO-APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO.

A formação do professor e sua qualificação para atuar com alunos surdos devem ser prioridade nas políticas públicas, os professores não estão preparados para trabalhar com alunos surdos em salas de aulas do ensino regular. Os mesmos não são conhecedores da Língua de Sinais e isso dificulta seu trabalho e a aprendizagem do educando, as instituições de ensino da rede pública ainda não estão preparadas em sua totalidade para atender alunos com necessidades especiais, no tocante à surdez, visto que nem todos os professores conhecem a Língua Brasileira de Sinais (SANTOS E LACERDA 2015).

Vale salientar que ainda existem muitos desses profissionais que nunca tiveram contato com a língua dos surdos. Contudo, faz-se necessário mais investimentos na formação dos professores, políticas públicas que atendam às necessidades desses profissionais que atuam diretamente no ensino-aprendizagem de crianças com surdez.

Diante disso é perceptível que alguns professores sentem dificuldades em ensinar por não conhecerem a Libras e os alunos em aprender, por não compreender o que lhe está sendo proposto pelo professor em sala de aula, o que é reforçado por Santos (2015) ao afirmar que no âmbito escolar quando se fala de situações que dependem do uso de Libras, muitos docentes não têm capacitação alguma ou adequada para atender às pessoas surdas.

Para Ferrão e Lobato (2016, p. 35):

As escolas precisam se organizar para ter um ambiente com um contexto linguístico adequado para os Surdos, buscando um êxito na sua educação, para isso as escolas devem perceber que a língua de sinais, sendo a língua oficial da comunidade surda, seja uma garantia de direito de o Surdo usar sua língua natural.

Ainda segundo os mesmos autores, a falta de qualificação de professores, os fazem deduzir não estarem aptos para o trabalho com esse tipo de aluno deixando-o com o aprendizado desfalcado, evidenciando a falha no sistema (FERRÃO; LOBATO, 2016). O sistema brasileiro de ensino, não em sua totalidade, mas em algumas localidades, não está preparado para atender o aluno surdo, visto que os professores não estão capacitados para ensinar a Língua de Sinais aos educandos, desfavorecendo assim, o processo de ensino-aprendizagem dos mesmos.

Segundo Lobato, Amaral e Silva (2016, p. 11):

Dentre as propostas educacionais para a melhoria da escolarização de Surdos está a formação do professor, porém, não é simples qualificar professores, sobretudo, no contexto sócio-político vigente. O professor questiona a falta de espaço e recursos materiais apropriados; a necessidade de um corpo técnico suficiente e uma remuneração adequada, a fim de que possa manter-se atualizado e qualificado.

Na realidade, no âmbito educacional, no tocante à inclusão de alunos surdos, existem algumas dificuldades, visto que professor não sabe Libras, com isso, os surdos tendem a ter um prejuízo educacional. Dessa forma, a escola tem a função de receber e ensinar todas as crianças, jovens e adultos independentes de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, adaptando-os ao processo ensino-aprendizagem, bem como a estrutura física da escola adaptada às necessidades de seu aluno (BRASIL, 2000).

O processo de educação inclusiva desde o ano de 1994, tem sido motivo de discussões no âmbito educacional tanto na forma de legislação quanto na teoria e prática. E esse assunto ainda deve ser muito discutido até que se chegue ao que de fato deve ser garantido pelos órgãos federais, estaduais e municipais.

3 MÉTODOS

A metodologia da pesquisa, apresenta os aspectos coletados com a investigação com método bibliográfico narrativo, pesquisado em materiais já publicados, tais como, artigos, revistas, teses, monografias, que tratam da inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino e os desafios enfrentados no âmbito da inclusão, averiguando o ensino-aprendizagem na rede regular de ensino, baseando-se em teóricos que tratam da inclusão de alunos surdos no sistema educacional de ensino público.

Durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2020, analisou-se vários trabalhos publicados na internet, descartou-se aqueles considerados pouco relevantes e priorizou-se o estudo daqueles que enfatizavam mais a temática sobre inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino e os desafios enfrentados para que o ensino-aprendizagem se consolide com eficácia.

Conforme a pesquisa no portal da CAPES, de acordo com os operadores booleanos e as palavras chaves tais como: inclusão de alunos surdos, ensino- aprendizagem na rede regular de ensino, não se encontrou artigos com publicações de autores mais recentes, por isso, esse trabalho apresenta algumas publicações mais antigas. Sendo assim, as mais recentes são de artigos publicados na internet e encontrados no Google acadêmico.

Como o objetivo desta pesquisa é analisar a inclusão de alunos surdos o ensino-aprendizagem e seus desafios na rede regular de ensino, buscou-se entender como acontece o ensino-aprendizagem dos alunos dentro das instituições de ensino regular.

Para o desenvolvimento desse trabalho buscou-se autores que abordaram essa temática de inclusão de alunos surdos no ambiente escolar e, de acordo com Marconi e Lakatos (2006, p. 157), ainda lembram que pesquisa “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Assim sendo, a pesquisa é algo que busca esclarecimentos de fatos, objetivando a verdade parcial ou total dos acontecimentos. Portanto, buscou-se entender como ocorre o processo de inclusão da pessoa surda no ambiente escolar através do método analítico.

Segundo Marconi e Lakatos (2006, p. 83):

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

De acordo com Gil (2002, p. 17), pesquisa é “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Assim sendo, a presente pesquisa buscou conhecer os desafios enfrentados no processo de inclusão do surdo e o ensino-aprendizagem em sala de aula regular, na tentativa de melhorar o desenvolvimento do sujeito com surdez.

Gil (2002, p. 44) afirma que a pesquisa bibliográfica:

[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Com o propósito de investigar os desafios que a comunidade escolar enfrenta em especial, os alunos surdos, no ambiente escolar no tocante à inclusão, desenvolveu-se a presente pesquisa que possui caráter qualitativo. De acordo com Neves (1996, p. 1) "O método qualitativo é um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social [...]". Sendo assim, cogitou-se compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos em uma situação de inclusão da pessoa surda no ambiente escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a presente pesquisa pode se constatar que a inclusão de alunos surdos ainda requer um olhar especial no sentido de que as inclusões não se efetivam de forma a atender todos os educandos com surdez, visto que nem todas as instituições de ensino regular dispõem de professores capacitados para atender o aluno surdo no uso da Língua de Sinais.

4.1. OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA REDE REGULAR DE ENSINO PARA EFETIVAR O ENSINO-APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO.

Os desafios são constantes, pois o ensino-aprendizagem dos sujeitos surdos não se efetivam de forma eficaz, visto que os docentes ainda não estão capacitados para atender os discentes surdos em sala de aula, pois os mesmos não são conhecedores da Língua de Sinais, e mesmo aquelas instituições que dispõem de um intérprete ainda não é o suficiente para consolidar uma aprendizagem qualificada, visto que os mesmos não estão capacitados para atender as necessidades dos educandos e auxiliar o professor no desenvolvimento das habilidades dos alunos.

Para tanto, faz-se necessário mais investimentos na formação desses profissionais e políticas públicas voltadas para essa área da inclusão. Na teoria está tudo “bonitinho,” mas na prática ainda não se consolida como deveria. No âmbito da inclusão ainda faz-se necessário que haja mais investimentos na formação profissional tendo em vista que a maioria dos professores tanto da rede regular de ensino quanto da rede privada não conhece a língua dos surdos, sendo que, a aquisição da Libras nos anos iniciais é de fundamental importância para um pleno desenvolvimento do educando com surdez.

Por conseguinte a aquisição tardia da Libras implica em sérias complicações no desenvolvimento do educando. O mesmo não adquire autonomia, e não se reconhece na sociedade a qual está inserido, causando graves consequências no seu desenvolvimento pessoal, intelectual e profissional.

4.2. AVERIGUAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO SURDO E SUA QUALIFICAÇÃO PARA ATUAR NA SOCIEDADE.

Sendo a Libras a principal língua dos surdos e o seu meio de comunicação mais eficaz para se efetivar uma interação de qualidade, é necessário que a mesma esteja inserida no

currículo educacional como disciplina para que os alunos possam ter contato com língua de sinais desde os primeiros anos na escola, assim também como o professor ter oportunidade de aprofundar seus conhecimentos, visto que ele é o principal mediador, tornando-se um conhecedor, tendo em vista seu desenvolvimento e do educando.

Então é visto que o processo de ensino-aprendizagem deve ocorrer de forma que o alunado com surdez consiga manter um diálogo entre professor e colegas, assim ele conseguirá interagir na sociedade a qual está inserido e desenvolver-se para atuar no mercado de trabalho.

4.3. IDENTIFICAR COMO OCORRE O PROCESSO DE INCLUSÃO NA SALA DE AULA DO ENSINO REGULAR

Com base em estudos e pesquisas realizados pode-se identificar que a inclusão dos surdos não se efetiva com qualidade, de maneira que, os alunos surdos não recebem atendimento específico. Assim sendo, pode-se constatar que a inclusão de pessoas surdas no sistema educacional regular de ensino é dificultosa, visto que, as instituições e alguns professores não estão preparados e qualificados para atender as especificidades dos educandos com surdez.

Com tudo, a inclusão não se efetiva de modo a atender todos os educandos com surdez, e mesmo esse direito sendo garantido por lei, na prática ainda não foi efetivado, pois lhe falta acesso à comunicação em Libras, visto que, uma boa parte dos professores ainda não está capacitada para desenvolver um ensino-aprendizagem que contribua com o pleno desenvolvimento do aluno surdo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral dessa pesquisa analisa a inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino, de modo que, a educação escolar inclusiva exerce um papel positivo no desenvolvimento da criança com surdez, isso quando o surdo tem o seu acesso à Libras resguardando, uma educação de qualidade que o estimule, para que o mesmo se desenvolva toda sua potencialidade. “Inclusão” não significa somente o aluno estar inserido fisicamente na escola, significa estar inserido na escola e suas especificidades sejam consideradas, tendo todos os subsídios necessários para que a inclusão aconteça, aprendendo, participando e desenvolvendo suas potencialidades, pois a inclusão é um processo de aprendizado para ambas as partes, incentivando a criança em seu desenvolvimento intelectual e emocional, o qual depende também do processo de interação do sujeito com o outro e com o meio social.

A escola é um importante segmento social que contribui para o desenvolvimento da criança tendo ela necessidades especiais ou não, favorecendo o descobrimento de novas conquistas, estímulo para a linguagem, a comunicação e expressão. É um desafio da atualidade trabalhar as diferenças, as potencialidades e necessidades individuais dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), sendo um processo constante na transformação e envolvimento dos educadores da escola de ensino regular que inclua esse sujeito na sociedade educativa, visto que a lei exige escola de qualidade para todos.

Durante esse estudo, pode-se perceber que existe uma preocupação por parte da política pública brasileira em programar e assegurar a inclusão das pessoas com NEE, também especificamente os surdos, a fim de proporcionar o acesso e a permanência dos educandos na escola de ensino regular. Mas que ainda não é suficiente para concretizar o ensino-aprendizagem do educando em suas especificidades. É importante ressaltar que este processo deve acontecer em consenso e que envolva toda comunidade escolar, tais como: pais, alunos, funcionários e sociedade para que assim se erradique o preconceito que ocorre desde os primórdios da humanidade.

Com essa pesquisa pode-se perceber que mesmo com uma política pública assegurada por lei garantindo a inclusão da pessoa com deficiência no ambiente escolar, no tocante ao aluno surdo, muitos dos docentes que atuam nas instituições de ensino não têm domínio da Libras, muitos nem conhecem a Língua Brasileira de Sinais, e isso causa uma grande preocupação, pois os educandos necessitam de pessoas capacitadas para poder atendê-los de forma mais específica. Logo, os mesmos necessitam de um ensino-aprendizagem mais completo, de forma

que eles possam avançar de maneira eficiente e qualificada para atuarem na sociedade e no mercado de trabalho.

Assim sendo, faz-se necessário que mais pesquisas voltadas para área de inclusão sejam realizadas, publicações mais recentes, que pontuem sobre a inclusão e sobre o ensino-aprendizagem de alunos surdos na rede regular de ensino. Acrescentando assim, novas contribuições nos debates acadêmicos sobre esse tema tão importante para o meiosocial. A inclusão de alunos surdos e o ensino-aprendizagem dos mesmos são assuntos que devem ser muito discutidos, visando a melhoria na formação docente e conseqüentemente na formação do discente.

REFERÊNCIAS

BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E. Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado em deficiência mental. In: (coord.) **Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado: deficiência mental**. Brasília, MEC/SEESP, 2007.

BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E. **Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado em deficiência mental in:** _____ (coord.)
Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado: deficiência mental. Brasília, MEC/SEESP, 2007.

BRASIL, LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
[Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 12 de setembro de 2020.

BRASIL. LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.
Disponível em:
[Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 10 de setembro de 2020.

_____. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:
[Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em 12 de setembro de 2020.

_____. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades educativas Especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. 2. ed., DF, Secretaria de Educação Especial, 2002.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dez. 2000**. Presidência da República, Casa Civil, Brasília,

DF, 19 de dez. 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em 13 de out. de 2020.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia, 1990.

FERRÃO, Cleomárcio Pereira; LOBATO, Huber Kline Guedes. **A inclusão do aluno surdo no ensino regular na perspectiva de professores do ensino fundamental**. In: diálogos sobre inclusão escolar e ensino-aprendizagem da Libras e Língua portuguesa como segunda língua para surdos. 2016. Disponível em: . Acesso em: 12 de outubro de 2020.

FIGUEIREDO, Luciana Cabral. **O outro na escola: algumas representações a respeito das diferenças**. 2015. Tese. Instituto de estudos da Linguagem – UNICAMP. Campinas – SP, 2015.

GIL, M. (Coord.) **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de., POLETTI, Juliana. **A escola inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete de língua de sinais**. In: FÁVERO, Osmar,

FERREIRA, Windys., IRELAND, Timothy., BARREIROS, Debora. (Org.) Tornar a educação inclusiva. (1ª ed.). Brasília: Unesco/ANPED, 1, 159-176, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

LOBATO, Huber Kline Guedes; AMARAL, Helen Nazaré Silva; SILVA Lucival Fábio Rodrigues da. **ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR**. In: diálogos sobre inclusão escolar e ensino-aprendizagem da libras e língua portuguesa como segunda língua para surdos. 2016. Disponível em: . Acesso em: 12 de dezembro de 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MOREIRA, Laura Ceretta.; ANSAY, Noemi Nascimento.; FERNANDES, Sueli Fatima. **Políticas de acesso e permanência para estudantes surdos ao Ensino Superior**. Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 19, n.1, p. 49-60, 2016.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em administração**, São Paulo. V. 1, nº 3, 2ºsem. 1996. Disponível em: http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_3/Suely%20Barros%20Bernardino%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 19 de outubro de 2020.

QUADROS, R. M. de. **O bi do bilingüismo na educação de surdos** In: Surdez e bilingüismo. 1 ed. Porto Alegre : Editora Mediação, 2005, v.1, p. 26-36.

RICOY, Lucyene (organizadora). **Inclusão Social**. [RESENHA, blog] BLOG INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS PORTADORAS N.E Maio de 2009 Disponível em: <http://aulatecnologiaeducacao.blogspot.com/>

SANTOS, Emmanuelle Félix dos. **Tecendo leituras nas pesquisas sobre libras: sentidos atribuídos ao seu ensino na educação superior**. In: Educação de surdos formação, estratégica e prática docente. 2015. Disponível em: books.scielo.org/id/m6fcj. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

SANTOS, H. J. **A família no processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança com SD**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Pedagogia. Faculdades Integradas da Terra de Brasília, Distrito Federal, 2005.

SANTOS, Lara Ferreira dos, LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Atuação do intérprete educacional: parceria com professores e autoria**. Cad. Trad. Florianópolis (pp.505-533), vol. 35, 2015.

STROBEL, K. L. & FERNANDES, S. **As Imagens do outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis, Ed. Da UFSC, 2008.

STROBEL, K. L. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS**. Universidade Federal de Santa Catarina Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade a distância. UFSC, Florianópolis, 2009. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em 12 de novembro de 2020.